

Editorial

O n.º 10 da revista *Cidades* encontra o seu fio condutor no debate em torno dos desafios e potencialidades de novas formas de regulação e de acção social emergentes. Desafios e potencialidades que nos situam a diferentes escalas do real, apelando em qualquer delas à implicação e à participação nos processos de tomada de decisão. Como pano de fundo deste debate, o desafio maior de podermos e sabermos transformar informação em conhecimento, de percebermos, afinal, o potencial reflexivo dos sujeitos, dos grupos e das comunidades.

O primeiro texto em presença – “O planeamento no Contexto de uma Sociologia da Acção” –, da autoria de Isabel Guerra, concorre directamente para aquele debate, propondo-se fundamentar o planeamento no âmbito das ciências sociais e mais especificamente no contexto de uma sociologia da acção. Este objecto decorre da necessidade de ancorar a metodologia de planeamento no campo da sociologia, entendendo-a como “uma forma de construção da acção colectiva no contexto da estratégia de actores e com vista à consensualização do futuro desejável”.

Walter Rodrigues, autor do segundo texto aqui apresentado “Planeamento e Governança Territorial” –, parte da experiência de trabalho de terreno em planeamento e instâncias de *governança* territorial em Portugal, para se reportar à complexidade do papel da sociologia no trabalho em ‘planeamento estratégico participado’ e da implementação de ‘novas formas de regulação social a nível local’. Conclui o autor pela necessidade de se conceber a ideia de *governança* ‘como processo’, enunciando, a este propósito, alguns pontos para posterior aprofundamento da reflexão.

Segue-se o texto de Richard Hummelbrunner – “Process Monitoring of Impacts. Towards a New Approach to Monitor the Implementation of Structural Fund Programmes” que nos situa à escala europeia, nos Programas e Fundos Estruturais. O artigo começa por situar a necessidade e a lógica de uma nova abordagem para a monitorização e avaliação de programas no quadro dos Fundos Estruturais, com base em experiência adquirida atra-

vés da monitorização e avaliação dos actuais programas e com base em perspectivas já anunciadas pela Comissão Europeia para o próximo período de programação. O autor justifica a necessidade de processos de monitorização, em simultâneo ou em substituição ao uso de indicadores, e apresentada, com algum detalhe, a ‘Monitorização Processual de Impactos’ (“Process Monitoring of Impacts”) como uma abordagem alternativa à prática corrente de monitorização.

O texto apresentado por Paula Cristina Nunes Rodrigues – “A Componente Social nos Estudos de Impacte Ambiental de Projectos Rodoviários” –, recoloca-nos na realidade nacional e no estado da arte sobre a importância do social na avaliação de impactes ambientais. Como refere a autora, a contribuição da avaliação de impactes sociais de projectos, no âmbito do Processo de Avaliação de Impactes Ambientais (AIA) institucionalizado em Portugal, tem-se revestido de algumas dificuldades, quer por razões associadas à própria estabilização do quadro teórico e metodológico da “avaliação social” no contexto das ciências sociais, quer pela existência de constrangimentos relacionados com os contextos culturais e organizacionais da AIA. Considerando o Estudo de Impacte Ambiental (EIA) o instrumento, por excelência, de suporte à tomada de decisão na fase de Procedimento de AIA, propõe-se neste texto uma reflexão crítica sobre o lugar que nele tem ocupado a avaliação de impactes sociais, tomando como caso ilustrativo os termos de referência da Componente Social que constam do Caderno de Encargos da Estradas de Portugal – EPE (EP-EPE) para a realização de EIA de infra-estruturas rodoviárias em fase de estudo prévio.

O quinto e último artigo, da autoria de Ana Sofia Marques – “O trabalho e o acesso ao rendimento entre os ciganos” –, faz uma incursão junto de um grupo para quem muitos dos instrumentos e estratégias de intervenção social não têm correspondido a acções eficazes no combate à sua situação de exclusão social. Este texto tem por objectivo reflectir sobre a relação da população cigana com o mercado de trabalho bem como sobre a participação dos ciganos nos sistemas que nas so-

ciudades modernas lhes estão associados – sistema de qualificação, sistema de protecção social. Tomando por quadro de referência as formulações que tem conhecido a noção de exclusão, são aqui equacionadas as suas possibilidades de leitura para compreender a situação dos ciganos, questionando igualmente as limitações destas leituras como matrizes de criação de políticas e práticas de inserção.

O ensaio de Pierre Guibentif, “Avaliação e Reflexividade”, encerra com chave de ouro os contributos teóricos presentes neste número. O autor examina a importância de que se revestem para a Sociologia, sucessivamente, mecanismos reflexivos e processos de avaliação, discutindo, exactamente, as implicações do envolvimento da sociologia em processos de avaliação – assim como de auto-avaliação. O autor defende, de modo consistente, que a reflexividade é um princípio do qual a sociologia não pode abdicar, se quiser manter o essencial da sua vocação e dar um contributo original aos procedimentos de avaliação.

Como peça de fecho deste número e a par das rubricas Notícias e Recensões, seleccionou-se um Dossier sobre Observatórios, realizado por Luís Soares. A partir do recenseamento dos observatórios existentes em Portugal procura-se dar maior visibilidade ao trabalho desenvolvido no âmbito deste instrumento de monitorização. O levantamento realizado não é exaustivo, debruçando-se apenas sobre os observatórios relevantes às ciências sociais e, entre estes, os que, estando localizados em Portugal, têm por objecto primário o contexto português.

*Isabel Duarte,
Madalena Matos,
José Manuel Henriques.*

Nota da redacção: A autoria das fotografias do artigo *Imigrantes de Leste na Área Metropolitana de Lisboa. Novos Fluxos, Novos Perfis?* de Pedro Perista, publicado no nº 9 da revista foi, por lapso, incorrectamente referenciada. Assim, a autoria das fotos é: concurso “Imigração, Olhares Convergentes: relatos fotográficos dos imigrantes em Portugal”, promovido pelo Gabinete de Apoio à Família e não do CESIS como publicado.